

Lançado hoje na COP 30, roteiro visa integrar de forma prática critérios ASG em operações de crédito, investimento e seguros

O setor financeiro brasileiro ganhou hoje uma ferramenta potente para enfrentar um dos maiores desafios dos tempos atuais: conciliar resultados econômicos com responsabilidade socioambiental e climática. Direcionado a bancos, seguradoras, entidades de previdência e demais instituições do sistema financeiro, o “Guia para Gestão de Riscos e Oportunidades Socioambientais e Climáticas no Mercado Financeiro Brasileiro” propõe um caminho claro e prático para identificar riscos, avaliar impactos e adotar soluções que tornem as carteiras mais sustentáveis, sem perder o foco na rentabilidade e na segurança dos negócios.

Embora o Brasil tenha avançado com regras do Banco Central, CVM, SUSEP e PREVIC, o setor ainda enfrenta dificuldades na aplicação dos critérios ASG (ambientais, sociais e de governança) em suas várias operações. O novo guia nasce justamente para preencher essa lacuna, funcionando como um roteiro de ação. Com uma linguagem acessível e estrutura prática, o documento apresenta passos para a análise de riscos e orienta como conduzir diligências socioambientais em operações que envolvem setores com alto impacto ambiental, como agronegócio, mineração, energia e infraestrutura.

Além disso, também destaca boas práticas de verificação de obrigações legais, avaliação de passivos ambientais e identificação de riscos sociais e trabalhistas, como explica Luciane Moessa, Diretora Executiva e Técnica da SIS, “o mercado financeiro precisa superar o seu déficit de expertise na matéria de forma mais acelerada e robusta do que tem sido até o momento, e a proposta do guia é contribuir pra isso.”

Riscos viram oportunidades

Além de chamar a atenção para aspectos de vulnerabilidade, o guia incentiva o uso do capital financeiro como alavanca de transformação. Ou seja: orienta como os riscos identificados podem se converter em investimentos positivos, como financiamentos a projetos de restauração florestal, energias renováveis, soluções hídricas ou negócios que promovem inclusão social.

A publicação é uma iniciativa da Associação Soluções Inclusivas (SIS), em parceria com nove organizações da sociedade civil: Observatório do Clima, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), ABRAMPA, Conectas Direitos Humanos, Greenpeace Brasil, Instituto Ethos, IPAM, Instituto de Direito Coletivo e Instituto Cerrado do Brasil, com apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS).

O guia foi apresentado hoje, em evento realizado no Pavilhão Consórcio Nordeste, com a participação de Marcos Woortmann, diretor adjunto do IDS, Caio Magri, Presidente do Instituto Ethos, Vinícius Marques de Carvalho, Ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), André Lima, Secretário Extraordinário de Combate ao Desmatamento (MMA), Micheline Neiva, da Advocacia Geral da União, e Lígia Ennes, da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda.

De acordo com Lígia Ennes, se os riscos são integrados, a resposta regulatória tem que ser integrada também. “O sistema financeiro é composto por múltiplos reguladores e cada um na sua área de atuação. Mas existe um problema se eles não conversarem entre si, pois os reguladores são interdependentes. Por exemplo: se a regulação da CVM e do Banco Central não conversarem, acontece um grande problema na cessão de crédito”, afirmou. “É necessário um diálogo entre os reguladores. Mas isso não significa copiar e colar a regulação de uma área para outra. Cada setor tem uma peculiaridade.”

Para Vinícius Marques de Carvalho, da CGU, o tema sustentabilidade precisa ser transversal a todas as agendas, assim como o mercado e a iniciativa privada precisam estar também nesse processo.” Toda a proposta que vocês estão fazendo aqui é muito aderente ao que a CGU vem fazendo. Acho que esse guia pode ser, inclusive, estudado dentro da CGU como uma ferramenta para darmos continuidade ao trabalho que a gente já vem fazendo”, disse.

Na visão de Luciano Loubet, presidente da Abrampa (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente), a responsabilidade na cadeia produtiva é muito mais efetiva do que qualquer fiscalização do Ministério Público. “Esse guia casa com a visão que nós temos na Abrampa”. Segundo Micheline Neiva, da Advocacia-Geral da União, “o guia representa um marco muito relevante de segurança jurídica para o setor financeiro e para a construção de uma economia sustentável”. André Lima, Secretário Extraordinário de Combate ao Desmatamento (MMA), “apesar de a regulação do crédito rural na matéria ter avançado muito nos últimos anos, ainda há lacunas sérias na regulação do mercado de capitais, por exemplo, e isso precisa ser enfrentado.”

O guia completo está disponível gratuitamente no site da SIS ([Link](#)).



Fotos Divulgação: Lígia Ennes, Vinícius Marques, Luciane Moessa, Caio Magri e Luciano Loubet



Foto Divulgação: Marcos Woortmann, Luciane Moessa, Micheline Neiva e André Lima

Fonte: SIS/AViV Comunicação, em 12.11.2025.